



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA

PORTARIA Nº 93 DE 08 DE JUNHO DE 2015.

O Diretor Geral do Campus Petrolina do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 245, de 17/06/2014, publicada no DOU de 20/06/2014, resolve:

1. **DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão responsável pela organização dos dados para o Recredenciamento do Campus Petrolina do ano de 2016.

SERVIDOR	Matric. SIAPE
OZILANE OLIVEIRA SILVA	2156796
CAMILA DE ALENCAR FREITAS	1826348
ERIVELTO ALMEIDA DE OLIVEIRA	2246297
MARIA LEOPÓLDINA VERAS CAMELO	1514747
VIVIANE DE SOUZA	1928915

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

FABIANO DE ALMEIDA MARINHO
Diretor Geral *Pro Tempore*

Enviado via
e-mail -
em 15/06/2015
WD

Recebido na DGP
Em 09/06/15
Às _____ : _____ h

Sertão Pernambucano



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SERTÃO PERNAMBUCANO

COMUNICAÇÃO INTERNA

CI Nº: 13/2015

Petrolina-PE, 05/06/2015

DE: Pedagoga Mônica Mascarenhas

PARA: DG, DE e DES

Participando do processo de Recredenciamento dos campi IF SERTÃO PE, percebi que muitas informações são importantes, porém não as temos organizadas e demoramos de juntar os dados.

Assim, prevendo que o RECRENCIAMENTO do CAMPUS PETROLINA SE APROXIMA NO ANO 2016, sugiro que seja composta uma Comissão para preparar documentação com antecedência.

Na oportunidade envio orientações coletadas e sugiro que participem da Comissão:

- 1- Ozilene Oliveira Silva – Presidente;
- 2- Professora Camila de Alencar Freitas – Membro que conhece todos os projetos e dados de infraestrutura;
- 3- Viviane Souza ou Leopoldina Veras – participaram da primeira comissão; *(as duas)*
- 4- Erivelto Almeida de Oliveira – organizador dos dados do Campus Petrolina.

Mônica
Mônica Mascarenhas dos Santos
Pedagoga DES

*Encaminho ao Diretor Geral
para constituir comissão
que objetiva organização para
recredenciamento do Campus
Petrolina.*

*Máscara
08/06/15.*

Maria Leopoldina Veras Camelo
Diretora de Ensino
Mat: 1514747

IF Sertão Pernambucano
Campus Petrolina

Recebido no Gabinete da DG-CF

Em 08/06/2015
às 12:20 horas

[Assinatura]
IF Sertão Pernambucano

Recebido na DECP:

05/06/2015

[Assinatura]

IF Sertão Pernambucano

*Atendido com a portaria
nº 93 de 08/06/2015*
[Assinatura]

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO – RECRENCIAMENTO.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS DE DESCRITORES

Equipe de Elaboração:

Erbs Cintra de Souza Gomes

Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa

**Março
2015**

I - ESTRUTURA DE EIXOS DO DOCUMENTO

1. *Planejamento e Avaliação Institucional*
2. *Desenvolvimento Institucional*
3. *Políticas Acadêmicas*
4. *Políticas de Gestão*
5. *Infraestrutura Física*
5. *Requisitos Legais E Normativos*

II - DESCRITORES DOS SUBTÓPICOS DE CADA EIXO

1. EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Destacar neste tópico, de que maneira estas ações/processos de autoavaliação institucional tem fomentado a ação administrativa (se possível expressar o contínuo da evolução em virtude desta dinâmica), tanto no âmbito restrito da gestão administrativa quanto no âmbito da gestão pedagógica.

Em outros termos, evidenciar como esta autoavaliação tem subsidiado ao longo da história institucional (Contexto Geral e Campus) as ações subsequentes da instituição (Campus) e como a mesma atua instrumentalizando/balizando novos atos institucionais propositivos e/ou corretivos.

1.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional.

Descrever neste tópico a(s) ação(ões) institucional(is) desenvolvida(s) pelo Campus no sentido de auto-avaliar-se nos mais diversos aspectos, atentando especialmente para os processos avaliativos desenvolvidos de modo sistemático e/ou contínuo.

1.3. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Destacar, neste instante, a(s) metodologia(s) apropriada(s) pelo(s) processo(s) de autoavaliação institucional de modo a oportunizar a participação mais ampla possível da comunidade acadêmica como um todo, considerando esta em sua maior amplitude.

Enfatizar, portanto, como tais ações direcionadores do planejamento e ação institucional, a saber, as autoavaliações, são constituídas de tal modo onde esteja possibilitada a expressão de toda comunidade em seus mais variados segmentos.

Se houverem ações de solidez às quais direcionam a consulta formal para a comunidade externa, as mesmas deverão ser destacadas como preocupação/atenção institucional em afinar suas ações às demandas/projetos/necessidades da comunidade na qual o Campus está inserido.

1.4. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Evidenciar neste momento como são realizadas as análises dos dados oriundos das autoavaliações, suscitando diretamente como tais análises

direcionam/redirecionam/corrigem as ações institucionais administrativas e/ou pedagógicas.

Considerando a natureza de nossa instituição e o caráter público e democrático dos processos/ações institucionais, faz-se necessário destacar também neste tópico, de que forma a gestão do Campus faz tornar-se público os resultados obtidos no(s) processo(s) de autoavaliação institucional, e como atua para corrigi-los.

1.5. Elaboração do relatório de autoavaliação (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Em complemento ao tópico anterior, destacam-se aqui as estratégias metodológicas através das quais se construiu os relatórios/documentos sínteses das autoavaliações. Sendo assim, é oportuno destacar se a construção dos relatórios/documentos sínteses foi realizada setorizadamente ou se foram realizadas através de Grupos de Discussão/Trabalho mais genéricos, etc., neste caso destacando sempre o caráter democrático da elaboração destes documentos, os quais contam (ou devem contar) com a participação de todos os segmentos institucionais.

2. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este tópico possui característica peculiar de destacar um conjunto especial de elementos analisando-os frente ao documento institucional de desenvolvimento. Desta forma, a indicação geral para este tópico é que se realize no que for possível a demonstração da harmonia entre os aspectos destacados em cada subtópico e o PDI de nossa instituição

Faz-se oportuno frisar, de maneira clara, sempre que admissível, a característica de participação democrática na construção das ações/elementos/caracteres pretendidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

2.1. Missão institucional, metas e objetivos do PDI.

Destacar as informações contidas no PDI, de modo elaborado, fazendo-se destacar quando oportuno a capacidade de abrangência de tal documento no sentido referenciar o conjunto de ações de nossa Instituição.

2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.

Destacar os planejamentos/orientações/direcionamentos contidos PDI e a atuação prática da instituição no âmbito de suas ações administrativas/didáticas/pedagógicas quanto às atividades de ensino de graduação e de pós-graduação. Quando oportuno, fazer constar a capacidade destas ações em impactar a sociedade na qual a instituição está inserida, atendendo demandas específicas, dando assistência os arranjos produtivos locais, etc.

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.

Destacar os planejamentos/orientações/direcionamentos contidos PDI e a atuação prática da instituição no âmbito de suas ações administrativas/didáticas/pedagógicas quanto às atividades de extensão. Quando oportuno, fazer constar a capacidade destas ações em impactar a sociedade na qual a instituição está inserida, atendendo demandas específicas, dando assistência aos arranjos produtivos locais, etc.

2.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Destacar os planejamentos/orientações/direcionamentos contidos PDI e a atuação prática da instituição no âmbito de suas ações administrativas/didáticas/pedagógicas quanto às atividades pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural. Quando oportuno, fazer constar a capacidade destas ações em impactar a sociedade na qual a instituição está inserida, atendendo demandas específicas, dando assistência aos arranjos produtivos locais, etc.

2.5. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

Neste tópico cabe uma descrição das ações institucionais capazes de promover/estimular/atender à diversidade (aspectos sociais), ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural. Nos seus mais variados aspectos. Lembrando-se sempre que as ações ora desenvolvidas são parte prática das concepções e orientações contidas no PDI.

2.6. Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Neste tópico cabe uma descrição das ações institucionais capazes de promover a o desenvolvimento econômico e social nos seus mais variados aspectos. Lembrando-se sempre que as ações ora desenvolvidas são parte prática das concepções e orientações contidas no PDI.

2.7. Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.

Neste tópico cabe uma descrição das ações institucionais capazes de promover a inclusão social nos seus mais variados aspectos. Lembrando-se sempre que as ações ora desenvolvidas são parte prática das concepções e orientações contidas no PDI. Atentar para o atendimento à legislação.

2.8. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

Neste tópico cabe uma descrição das ações institucionais capazes de promover ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial nos seus mais variados aspectos. Lembrando-se sempre que as ações ora desenvolvidas são parte prática das concepções e orientações contidas no PDI.

2.9. Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI)

Neste tópico cabe uma descrição das ações institucionais capazes de promover ações afirmativas de diálogo internacional da instituição seus mais variados aspectos (Cooperações técnicas, Pesquisas conjuntas, parcerias, e outros do gênero. Lembrando-se sempre que as ações ora desenvolvidas são parte prática das concepções e orientações contidas no PDI.

3. EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.

Descrever as ações ora desenvolvidas pela Instituição neste quesito específico. Enfatizar sempre que possível a coerência entre estas ações desenvolvidas e os pressupostos básico norteadores contidos no PDI.

Dar ênfase aos aspectos positivos os quais evidenciam a capacidade de planejamento e organização institucional.

3.2. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (aplica-se também às Faculdades e Centros Universitários, quando previstos no PDI).

Descrever as ações ora desenvolvidas pela Instituição neste quesito específico. Enfatizar sempre que possível a coerência entre estas ações desenvolvidas e os pressupostos básico norteadores contidos no PDI.

Dar ênfase aos aspectos positivos os quais evidenciam a capacidade de planejamento e organização institucional.

3.3. Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* (aplica-se quando previsto no PDI).

Descrever as ações ora desenvolvidas pela Instituição neste quesito específico. Enfatizar sempre que possível a coerência entre estas ações desenvolvidas e os pressupostos básico norteadores contidos no PDI.

Dar ênfase aos aspectos positivos os quais evidenciam a capacidade de planejamento e organização institucional

3.4. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Descrever as ações ora desenvolvidas pela Instituição neste quesito específico. Enfatizar sempre que possível a coerência entre estas ações desenvolvidas e os pressupostos básico norteadores contidos no PDI.

Dar ênfase aos aspectos positivos os quais evidenciam a capacidade de planejamento e organização institucional. Descrever toda sorte de programas e projetos em atuação ou planejados para o futuro Institucional.

3.5. Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

Descrever as ações ora desenvolvidas pela Instituição neste quesito específico. Enfatizar sempre que possível a coerência entre estas ações desenvolvidas e os pressupostos básico norteadores contidos no PDI.

Dar ênfase aos aspectos positivos os quais evidenciam a capacidade de planejamento e organização institucional. Descrever toda sorte de programas e projetos em atuação ou planejados para o futuro Institucional.

3.6. Políticas Institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.

Descrever as ações ora desenvolvidas pela Instituição neste quesito específico. Enfatizar sempre que possível a coerência entre estas ações desenvolvidas e os pressupostos básico norteadores contidos no PDI.

Dar ênfase aos aspectos positivos os quais evidenciam a capacidade de planejamento e organização institucional.

3.7. Comunicação da IES com a comunidade externa.

Destacar, neste tópico, o leque de ações realizadas na instituição com vistas à melhoria e/ou criação de novos instrumentos de comunicação com a comunidade externa. Frisar

o maior número possível de instrumentos evidenciando seus impactos positivos na promoção e desenvolvimento da Instituição.

3.8. Comunicação da IES com a comunidade interna.

Destacar, neste tópico, o leque de ações realizadas na instituição com vistas à melhoria e/ou criação de novos instrumentos de comunicação interna (pesam-se aqui os mais variados segmentos que compõem a comunidade acadêmica institucional). Frisar o maior número possível de instrumentos evidenciando seus impactos positivos na promoção e desenvolvimento da Instituição.

3.9. Programas de atendimento aos estudantes.

Tópico em que se trata abrangentemente das condutas institucionais no que se refere a políticas de assistência estudantil no seu amplo aspecto. Mencionar programas e ações que foram desenvolvidos, apontando os impactos positivos obtidos com os mesmos junto ao corpo discente. Em sendo oportuno destacar a preocupação institucional em assistir os variados segmentos sociais, culturais, de gênero, etc.. Destacar atendimento à legislação.

3. 10. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente

Destacar neste tópico o conjunto de ações institucionais empreendidas no sentido de promover/realizar/incentivar eventos científicos, culturais, artísticos, etc. internos nos quais a comunidade discente seja público-alvo. Enfatizar os impactos positivos destas ações junto a este segmento da comunidade discente.

3.11. Política e ações de acompanhamento dos egressos.

Evidenciar as ações e estratégias institucionais no sentido de acompanhamento dos alunos egressos. Neste aspecto, mencionar os direcionamentos efetivos construídos no sentido de inserir este segmento da comunidade acadêmica no mercado de trabalho.

3.12. Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico

Destacar o impacto da instituição junto ao ambiente socioeconômico local através da avaliação da inserção dos egressos no mercado de trabalho local e a capacidade destes de contribuir, enquanto profissionais, para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

3.13. Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre PDI e as ações institucionais (aplica-se quando previsto no PDI)

Destacar as ações Institucionais realizadas neste sentido, evidenciando a contundência destas ações na promoção/estímulo/consolidação da inovação tecnológica no contexto local e/ou regional e/ou nacional. Expor, quando oportuno, a solidez destas ações através da estruturação de núcleos, grupos de pesquisa, etc. destinados a este fim. Quando for o caso, expor a atuação institucional no desenvolvimento de propriedades intelectuais, através do incentivo, promoção e formas cabíveis de subsídio.

4. EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

4.1. Política de formação e capacitação docente.

Destacar neste tópico o conjunto de ações com vistas ao desenvolvimento do capital humano docente, seja por meio de processos formativos diretos, plano de qualificação interna, estímulo à participação em eventos/congressos/seminários etc. Destacar a

orientação Institucional no sentido de incentivar/orientar processos de capacitação os quais atuam na melhoria do desempenho didático-pedagógico, mas também no aperfeiçoamento das ações de pesquisa e extensão. Quando oportuno mencionar parcerias e convênios interinstitucionais ou mesmo intrainstitucional a fim de que este processo de formação/capacitação seja facultado ao maior número de servidores desta categoria possível

4.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.

Evidenciar neste tópico o planejamento e as ações institucionais com vistas à qualificação do corpo técnico-administrativo através da formação e capacitação. Destacar que este processo se constitui enquanto ponto importante na melhoria do desempenho institucional como um todo, e por isso mesmo tem uma organização racionalizada a qual reflete em planejamento anual a fim de identificar e atuar sobre as principais carências ou áreas estratégicas na formação/capacitação do corpo técnico-administrativo. Quando oportuno mencionar parcerias e convênios interinstitucionais ou mesmo intrainstitucional a fim de que este processo de formação/capacitação seja facultado ao maior número de servidores desta categoria possível

4.3. Gestão institucional.

Destacar neste tópico toda a caracterização geral da gestão institucional expondo o modelo do organograma institucional e a lógica de funcionamento do mesmo. Mencionar também neste caso, como se desenvolvem as práticas de gestão e como estas são planejadas e implantadas pela instituição. Quando for o caso, destacar o privilégio dado aos conselhos, núcleos docentes, e outros órgãos representativos da comunidade acadêmica nos processos decisórios.

4.4. Sistema de registro acadêmico.

Destacar como a Instituição realiza o a administração e controle das informações acadêmicas através do sistema de registro acadêmico. Mencionar, neste caso a lógica de funcionamento das rotinas deste sistema com vistas à sistematização das informações acadêmicas docentes e discentes, evidenciando o uso de ferramentas tecnológicas e/ou de gestão no aperfeiçoamento das atividades realizadas pelo sistema.

4.5. Sustentabilidade financeira.

Destacar como a Instituição tem planejados os gastos e investimentos a partir do subsídio orçamentário principal, a saber, o número de alunos na Instituição. Quando oportuno, enfatizar a racionalidade do planejamento orçamentário institucional, o qual toma sempre como base as possibilidades de progressão do número de alunos no sentido de investimentos futuros.

4.6. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.

Expor o posicionamento adotado em nossa Instituição com vistas à organização do planejamento financeiro (orçamentário) a partir da lógica de organização institucional. Em outros termos, demonstrar como as instâncias gestoras de menor e maior grau se organizam harmonicamente através de instrumentos instituídos (ou não) com vistas à elaboração de um planejamento financeiro representativo (incorporando as demandas dos segmentos gestores e da comunidade acadêmica como um todo) Oportuno suscitar/atribuir sempre que possível as características de "construção coletividade" e "participação democrática" na elaboração do planejamento financeiro.

4.7. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Destacar, neste tópico, a atenção institucional no que pesa o planejamento, a execução e avaliação do desempenho das ações executadas, com a finalidade de alinhar a gestão do corpo docente ao plano de carreiras da categoria. Merece destaque, neste ponto, as preocupações didáticas, pedagógicas assim como relativas à pesquisa e extensão, no sentido de que a gestão de nossa instituição apreende o processo de desenvolvimento desta categoria em sua forma mais ampla, atendendo adequadamente à vastidão de atividades às quais os docentes podem realizar no âmbito da instituição. Assim sendo, frisar como o nosso plano de cargos e carreiras é organizado e desenvolve-se com afinidade a apropriada gestão do corpo docente.

4.8. Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica).

Destacar, neste tópico, a atenção institucional no que pesa o planejamento, a execução e avaliação do desempenho das ações executadas, com a finalidade de alinhar a gestão do corpo técnico-administrativo ao plano de carreiras da categoria. É, portanto, importante constar que a instituição possui direcionamentos definidos quanto à gestão de pessoas na exata medida em que esta significa o gerenciamento adequado de aptidões e vocações (direcionando-as a certas atividades, aperfeiçoando-as quando necessário e suscitando-as quando inexistente) na propositura geral da melhoria/aperfeiçoamento das práticas administrativas institucionais. E justamente nesta seara, a condução administrativa de nossa instituição conduz a gestão para caminhos práticos de afinidade entre o plano de carreira das categorias e a administração específica deste capital humano.

5. EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1. Instalações administrativas.

Descrição da estrutura existente. Dar ênfase aos aspectos positivos os quais apontam para a adequação aos aspectos de segurança do trabalho, funcionalidade, ambiência adequada, acessibilidade.

5.2. Salas de aula.

Descrição da estrutura existente de modo genérico. Quando oportuno mencionar a capacidade do ambiente em atender as demandas institucionais a contento. Em havendo adequações estruturais referentes à acessibilidade fazer o destaque. Se a Instituição possuir espaços desta natureza com infraestrutura especial capaz de facilitar/aperfeiçoar o aprendizado é necessário fazer o destaque.

5.3. Auditório(s).

Descrição da estrutura existente. Quando oportuno mencionar a capacidade do ambiente em atender as demandas institucionais a contento. Em havendo adequações estruturais referentes à acessibilidade fazer o destaque.

5.4. Sala(s) de professores.

Descrição da estrutura existente. Dar ênfase aos aspectos positivos os quais apontam para a adequação aos aspectos de segurança do trabalho, funcionalidade, ambiência adequada, acessibilidade.

5.14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.

Descrição da estrutura existente. Dar ênfase aos aspectos positivos os quais apontam para a adequação aos aspectos de funcionalidade, ambiência adequada, acessibilidade. Em havendo espaços especificadamente delimitados para este fim, exaltar a estrutura quando possuidora de características facilitadoras do aprendizado (computadores, acervo bibliográfico auxiliar, etc.).

5.15. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços

Destacar os serviços disponíveis nos laboratórios, neste caso, mencionar quando oportuno a capacidade destes espaços em ofertar serviços de análise, serviços de facilitação do aprendizado (ou similares) à comunidade interna e externa (se houver)

5.16. Espaços de convivência e de alimentação

Descrição da estrutura existente. Dar ênfase aos aspectos positivos os quais apontam para a adequação aos aspectos de funcionalidade, ambiência adequada, acessibilidade. Em havendo características específicas positivas de adequação de espaços para o atendimento deste fim, fazer constar neste tópico.